REFilo
REVISTA DIGITAL DE ENSINO DE FILOSOFIA

ISSN: 2448-0657
periodicos.ufsm.br/refilo
Universidade Federal de Santa Maria/UFSM
Santa Maria, RS, Brasil

Mulheres na Filosofia e ensino filosófico: exclusão histórica, epistemologia e práticas pedagógicas

Women in Philosophy and Philosophical Teaching: Historical Exclusion, Epistemology, and Pedagogical Practices

Claudio Simplicio
Secretaria da Educação do Estado do Ceará, Fortaleza – CE, Brasil.
claudiosimplicio.1968@gmail.com

Recebido em 20 de maio de 2026
Aprovado em 09 de novembro de 2026
Publicado em 11 de novembro de 2026

RESUMO
Este artigo analisa a exclusão histórica das mulheres da História da Filosofia, compreendendo-a não como ausência circunstancial, mas como efeito de mecanismos epistemológicos que instituíram critérios seletivos de legitimação do conhecimento filosófico. A pesquisa articula análise teórico-bibliográfica e intervenção pedagógica realizada em turmas de ensino médio, fundamentada na crítica feminista ao cânone filosófico e no diálogo com autoras que problematizam as relações entre gênero, poder e saber. Argumenta-se que essa invisibilidade repercute diretamente no ensino de Filosofia, nos processos de formação cidadã e nas possibilidades de democratização do conhecimento no espaço escolar. Os resultados indicam que a marginalização das mulheres filósofas nos currículos contribui para a reprodução de desigualdades de gênero e para a naturalização de uma concepção restrita de racionalidade filosófica. Em contrapartida, a incorporação crítica de suas contribuições amplia os horizontes epistemológicos da disciplina e favorece práticas pedagógicas mais inclusivas e emancipadoras. Conclui-se que o reconhecimento das mulheres como protagonistas do pensamento filosófico constitui elemento central para a equidade de gênero e para o fortalecimento do ensino de Filosofia na educação básica.

Palavras-chave: Ensino de Filosofia; Mulheres na Filosofia; Gênero; Epistemologia; Currículo.

ABSTRACT
This article analyzes the historical exclusion of women from the History of Philosophy, understanding it not as a circumstantial absence, but as the result of epistemological mechanisms that established selective criteria for the legitimation of philosophical knowledge. The research combines theoretical-bibliographic analysis with a pedagogical intervention carried out in high school classes, grounded in feminist critiques of the philosophical canon and in dialogue with authors who problematize the relations between gender, power, and knowledge. It is argued that this invisibility directly affects the teaching of Philosophy, processes of citizenship formation, and the possibilities for democratizing knowledge within the school environment. The findings indicate that the marginalization of women philosophers in curricula contributes to the reproduction of gender inequalities and to the naturalization of a restricted conception of philosophical rationality. Conversely, the critical incorporation of their contributions broadens the epistemological horizons of the discipline and fosters more inclusive and emancipatory pedagogical practices. It is concluded that recognizing women as protagonists of philosophical thought constitutes a central element for gender equity and for strengthening the teaching of Philosophy in basic education.

REFilo
REVISTA DIGITAL DE ENSINO DE FILOSOFIA
ISSN: 2448-0657
periodicos.ufsm.br/refilo
Universidade Federal de Santa Maria/UFSM
Santa Maria, RS, Brasil

Keywords: Philosophy Teaching; Women in Philosophy; Gender; Epistemology; Curriculum.

1. Introdução

A História da Filosofia, tal como foi tradicionalmente narrada e ensinada, construiu-se a partir de um cânone majoritariamente masculino, no qual as vozes femininas foram sistematicamente silenciadas, marginalizadas ou relegadas a posições secundárias. Esse apagamento não se explica pela ausência de produção intelectual das mulheres, mas por mecanismos históricos, culturais e epistemológicos que definiram quem poderia ocupar legitimamente o espaço da reflexão filosófica. Trata-se, portanto, de um problema estrutural que ultrapassa o campo historiográfico e incide diretamente sobre os processos de formação cidadã, a democratização do acesso ao conhecimento e as possibilidades de desenvolvimento social no âmbito educacional.

Ao longo da tradição filosófica ocidental, a Filosofia foi frequentemente apresentada como um campo neutro, universal e desprovido de marcações sociais. Contudo, essa pretensa neutralidade encobriu relações de poder que operaram a exclusão de determinados grupos, especialmente das mulheres, do reconhecimento como produtoras de conhecimento. A construção do cânone, nesse sentido, não apenas selecionou autores e obras, mas também instituiu critérios de legitimidade que naturalizaram a supremacia masculina no campo do saber, consolidando fronteiras epistemológicas que delimitaram quem poderia ser reconhecido como sujeito do pensamento filosófico.

Mesmo diante dos avanços promovidos pelos estudos feministas e pelas críticas contemporâneas ao eurocentrismo e ao androcentrismo, a presença das mulheres na História da Filosofia permanece tímida no ensino formal, sobretudo na educação básica. Nos currículos escolares, quando aparecem, as filósofas costumam ser tratadas de forma periférica ou episódica, o que contribui para a manutenção de estereótipos e para a reprodução de desigualdades de gênero no acesso ao conhecimento.

REFilo
REVISTA DIGITAL DE ENSINO DE FILOSOFIA
ISSN: 2448-0657
periodicos.ufsm.br/refilo
Universidade Federal de Santa Maria/UFSM
Santa Maria, RS, Brasil

Nesse contexto, a educação emerge como espaço privilegiado de problematização dessas exclusões históricas. Ao tensionar criticamente o cânone e incorporar as contribuições das mulheres à História da Filosofia, o ensino filosófico pode constituir-se como prática voltada à ampliação de direitos, à promoção da equidade e à formação de sujeitos capazes de intervir de forma reflexiva na realidade social.

Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar de que maneira a invisibilização histórica das mulheres na Filosofia atua como fronteira epistemológica que limita a formação cidadã e a construção de práticas educativas comprometidas com a equidade de gênero. Busca-se também evidenciar como a valorização das filósofas no ensino pode ampliar o repertório crítico dos(as) estudantes e favorecer práticas pedagógicas mais inclusivas e socialmente comprometidas.

Para tanto, o texto organiza-se em três momentos: inicialmente, discute-se o processo histórico de exclusão das mulheres na constituição do pensamento filosófico ocidental; em seguida, dialoga-se com aportes do feminismo filosófico e da crítica ao cânone; por fim, analisam-se as implicações pedagógicas dessa discussão para o ensino de Filosofia, compreendido como espaço de democratização do conhecimento e de promoção da justiça social.

2. Objetivos

O presente artigo tem como objetivo geral analisar de que maneira a exclusão histórica das mulheres da História da Filosofia opera como mecanismo epistemológico que impacta os processos de formação cidadã e as práticas educativas no ensino filosófico brasileiro, considerando suas implicações para a democratização do conhecimento e para a construção de práticas educacionais comprometidas com a equidade.

De modo específico, busca-se examinar os processos históricos, culturais e epistemológicos que contribuíram para a marginalização das mulheres na constituição

REFilo
REVISTA DIGITAL DE ENSINO DE FILOSOFIA
ISSN: 2448-0657
periodicos.ufsm.br/refilo
Universidade Federal de Santa Maria/UFSM
Santa Maria, RS, Brasil

do cânone filosófico ocidental, bem como discutir as contribuições do feminismo filosófico e das epistemologias críticas para a revisão dos critérios de legitimidade do conhecimento e para a ampliação dos sujeitos reconhecidos como produtores do pensamento filosófico.

Pretende-se, ainda, analisar os efeitos da ausência das mulheres nos currículos e nas práticas pedagógicas de Filosofia sobre os processos de formação crítica e cidadã dos(as) estudantes, refletindo acerca das potencialidades pedagógicas da incorporação das filósofas ao ensino como estratégia de enfrentamento das desigualdades de gênero, fortalecimento da pluralidade epistemológica e promoção da justiça social no contexto educacional. Por fim, o estudo procura articular tais reflexões ao debate interdisciplinar entre Filosofia, educação e cidadania, em consonância com o escopo teórico e formativo da pesquisa.

3. A exclusão das mulheres na construção da história da filosofia: implicações para a educação e a cidadania

A exclusão das mulheres da História da Filosofia não pode ser compreendida apenas como efeito de contextos históricos específicos, mas como resultado de processos sistemáticos de seleção, hierarquização e legitimação dos saberes que produziram fronteiras epistemológicas duradouras. Esses processos ultrapassam o plano historiográfico e repercutem diretamente na organização dos currículos, na seleção dos conteúdos escolares e na forma como os sujeitos se reconhecem — ou não — como produtores legítimos de conhecimento. A problemática assume, portanto, relevância central para os debates contemporâneos sobre educação, cidadania e democratização do saber.

Historicamente, desde a Antiguidade, a Filosofia consolidou-se como prática associada ao espaço público e à figura do cidadão, atributos historicamente negados às mulheres. Tal exclusão social converteu-se também em exclusão epistêmica, na medida em que a racionalidade foi simbolicamente vinculada ao masculino, enquanto o feminino passou a ser associado à emoção, à subjetividade e ao espaço doméstico.

REFilo
REVISTA DIGITAL DE ENSINO DE FILOSOFIA
ISSN: 2448-0657
periodicos.ufsm.br/refilo
Universidade Federal de Santa Maria/UFSM
Santa Maria, RS, Brasil

Essas representações, naturalizadas ao longo dos séculos, instituíram critérios implícitos de reconhecimento intelectual que continuam a influenciar a constituição dos repertórios filosóficos ensinados nas escolas.

Na Idade Média, embora algumas mulheres tenham produzido reflexões relevantes nos campos da mística, da filosofia moral e da teologia, seus escritos foram frequentemente deslocados para margens disciplinares, deixando de ser reconhecidos como Filosofia em sentido estrito. A vigilância institucional sobre os corpos femininos e a restrição ao acesso à educação formal reforçaram hierarquias de gênero que moldaram a transmissão dos saberes, produzindo impactos persistentes sobre a tradição acadêmica e escolar (SIMPLÍCIO, 2022).

Mesmo com a emergência dos ideais modernos de igualdade e universalidade, a exclusão feminina manteve-se estrutural. A crítica formulada por Olympe de Gouges à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão evidencia como a cidadania proclamada pelos discursos iluministas permaneceu limitada, reafirmando barreiras políticas e epistemológicas ao reconhecimento das mulheres como sujeitos do pensamento (RODRIGUES, 2016, p. 129). Esses limites continuam a repercutir na forma como autores, conceitos e tradições filosóficas são priorizados nos currículos escolares contemporâneos.

No contexto brasileiro, pesquisas sobre a desigualdade de gênero na Filosofia evidenciam a persistência dessas assimetrias institucionais e acadêmicas (ANPOF, 2024; ARAÚJO, 2020). Ao analisar a chamada “primavera de 2016”, Carolina Araújo (2020) destaca a baixa proporção de mulheres na comunidade filosófica brasileira e o reduzido reconhecimento da produção das filósofas e das pesquisas sobre gênero. A autora examina a visibilidade dessas questões no âmbito da ANPOF e apresenta dados sobre a participação feminina entre docentes e discentes da pós-graduação em Filosofia no Brasil. Esses elementos evidenciam que a desigualdade de gênero não se limita à representação numérica, mas envolve também o reconhecimento e a legitimação das mulheres como produtoras de conhecimento filosófico.

REFilo
REVISTA DIGITAL DE ENSINO DE FILOSOFIA
ISSN: 2448-0657
periodicos.ufsm.br/refilo
Universidade Federal de Santa Maria/UFSM
Santa Maria, RS, Brasil

Em um artigo escrito por Carolina Araújo (2016) sobre dados oficiais do governo brasileiro relativo aos números da participação de mulheres na comunidade da Pós-graduação em Filosofia no Brasil, a mesma declara que:

> É evidente à comunidade da Pós-graduação em Filosofia no Brasil a pequena porcentagem de mulheres que lhe integra. Todavia, ainda não se levantou qual a proporção dessa minoria, e menos ainda se investigou suas razões. O presente relatório tem como propósito iniciar o debate sobre o tema a partir da apresentação de um diagnóstico estatístico do cenário da Pós-graduação em Filosofia no ano de 2015, indicando referenciais quantitativos relevantes ao problema. Esse levantamento foi possível a partir da implementação, pela Coordenação de Avaliação de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da Plataforma Sucupira, banco de dados digital que viabilizou o acesso público em tempo real às informações que constituem a base desse relatório. (ARAÚJO, 2016, p. 1-2)

Segundo o relatório de Carolina Araújo (2016), intitulado “Mulheres na Pós-graduação em Filosofia no Brasil – 2015”, evidencia-se a baixa representatividade feminina nos cursos de pós-graduação em Filosofia no Brasil e em suas diferentes regiões. A pesquisa sistematiza dados por estados e regiões, traçando um perfil nacional da participação feminina na comunidade acadêmica. Entre os docentes, as mulheres representam apenas 12%, em comparação com 88% de homens; entre os discentes, correspondem a 28%, enquanto os homens representam 72% (ARAÚJO, 2016).

Na Universidade Federal do Ceará (UFC), Araújo (2016) identifica que as mulheres ocupavam apenas 13,04% das funções docentes, enquanto os homens correspondiam a 86,96%. Entre os discentes, a participação feminina era de 20%, em contraste com 80% de participação masculina. A autora observa que essa desigualdade também se manifesta em outras instituições e regiões do país. Com base em dados e informações da CAPES, do INEP e do IBGE, discute as dificuldades enfrentadas pelas mulheres na ascensão à carreira acadêmica e a baixa representatividade feminina, destacando, ainda, as desigualdades identificadas nos processos de avaliação da CAPES, nos quais os homens apresentavam melhor desempenho (ARAÚJO, 2016).

REFilo
REVISTA DIGITAL DE ENSINO DE FILOSOFIA
ISSN: 2448-0657
periodicos.ufsm.br/refilo
Universidade Federal de Santa Maria/UFSM
Santa Maria, RS, Brasil

Além do espaço universitário, essas desigualdades também se manifestam na educação básica, especialmente na organização dos currículos e dos materiais didáticos utilizados no ensino de Filosofia. Em muitos casos, os conteúdos escolares continuam estruturados a partir de referenciais predominantemente masculinos e eurocêntricos, limitando o contato das(os) estudantes com produções filosóficas plurais e com diferentes experiências históricas de elaboração do pensamento. Tal configuração contribui para a naturalização da ausência feminina no campo filosófico e dificulta o reconhecimento das mulheres como sujeitos legítimos da produção intelectual.

No contexto brasileiro, embora documentos curriculares recentes enfatizem princípios relacionados à diversidade, à cidadania e aos direitos humanos, a presença das mulheres filósofas ainda ocorre de maneira reduzida ou periférica nas práticas pedagógicas. Esse cenário evidencia a necessidade de revisão crítica dos repertórios tradicionalmente mobilizados no ensino de Filosofia, bem como da ampliação dos processos formativos docentes voltados à construção de abordagens pedagógicas mais inclusivas e socialmente comprometidas.

Esses dados evidenciam que as fronteiras epistemológicas historicamente construídas continuam operando como mecanismos de exclusão no presente, reforçando desigualdades simbólicas e limitando a pluralidade de perspectivas oferecidas aos estudantes. Do ponto de vista pedagógico, tal cenário compromete a capacidade da escola de promover valores democráticos, reconhecimento da diversidade e justiça social — dimensões fundamentais para uma concepção ampliada de educação emancipadora.

Compreender a exclusão das mulheres na constituição da História da Filosofia implica, portanto, problematizar também seus efeitos sobre as práticas educativas. É nesse sentido que a análise histórica se articula às experiências pedagógicas discutidas neste artigo, indicando como a revisão crítica do cânone pode constituir-se como estratégia formativa voltada à ampliação dos repertórios culturais, ao

REFilo
REVISTA DIGITAL DE ENSINO DE FILOSOFIA
ISSN: 2448-0657
periodicos.ufsm.br/refilo
Universidade Federal de Santa Maria/UFSM
Santa Maria, RS, Brasil

enfrentamento das desigualdades de gênero e ao fortalecimento da cidadania no espaço escolar.

4. Feminismo filosófico, crítica ao cânone e epistemologias inclusivas

A crítica feminista ao cânone filosófico ultrapassa a simples reivindicação de inclusão de autoras historicamente silenciadas, incidindo diretamente sobre os fundamentos epistemológicos que definiram o que passou a ser reconhecido como Filosofia. Ao questionarem a pretensa neutralidade do conhecimento, essas abordagens evidenciam que os critérios de validade intelectual foram historicamente construídos a partir de posições sociais situadas, atravessadas por relações de gênero, poder e dominação. Tal perspectiva possui implicações decisivas para a educação, na medida em que problematiza os processos de transmissão do saber e as fronteiras simbólicas que delimitam quem pode ocupar o lugar de sujeito do conhecimento.

Simone de Beauvoir (1980) foi uma das pioneiras ao denunciar que a condição feminina não é natural, mas historicamente produzida por práticas sociais e educacionais. Sua reflexão permite compreender que a exclusão das mulheres da Filosofia decorre menos de incapacidade intelectual do que da negação sistemática de oportunidades formativas, conectando diretamente gênero, educação e cidadania. Judith Butler (2018), por sua vez, aprofunda a crítica às concepções essencialistas de identidade ao questionar a ideia de uma categoria universal e homogênea de mulher. Para a autora, as identidades de gênero são constituídas histórica e discursivamente, o que exige considerar as diferentes experiências e condições sociais que atravessam os sujeitos. Essa perspectiva contribui para o debate feminista ao evidenciar que a luta contra a exclusão das mulheres não pode desconsiderar as diferenças que existem entre elas, nem reproduzir formas de silenciamento dentro do próprio movimento. Aplicada à reflexão sobre o ensino de Filosofia, essa abordagem permite questionar não apenas a ausência histórica das mulheres no cânone, mas também a

REFilo
REVISTA DIGITAL DE ENSINO DE FILOSOFIA
ISSN: 2448-0657
periodicos.ufsm.br/refilo
Universidade Federal de Santa Maria/UFSM
Santa Maria, RS, Brasil

diversidade de experiências femininas que precisam ser reconhecidas na produção e na transmissão do conhecimento filosófico.

Em diálogo com a perspectiva interseccional, Angela Davis (2016) aprofunda essa análise ao articular gênero, raça e classe como dimensões inter-relacionadas na produção das desigualdades sociais. Essa abordagem permite compreender que a exclusão histórica das mulheres da produção do conhecimento não ocorre de maneira homogênea, sendo atravessada por diferentes formas de discriminação e silenciamento. No contexto brasileiro, Sueli Carneiro (2011) e Djamila Ribeiro (2017; 2019) contribuem para essa discussão ao problematizarem as relações entre racismo, sexismo e legitimidade dos sujeitos na produção do conhecimento. Essa perspectiva também orientou a experiência pedagógica relatada neste artigo, na qual a discussão sobre mulheres na Filosofia foi ampliada para o estudo de intelectuais e pensadoras negras, como Angela Davis, bell hooks, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Djamila Ribeiro, além da escritora Carolina Maria de Jesus. A abordagem possibilitou incorporar às discussões questões relativas à educação antirracista, às desigualdades de gênero e raça e ao reconhecimento de diferentes trajetórias de produção intelectual.

As análises de Pierre Bourdieu (2002) sobre a dominação masculina oferecem instrumentos importantes para compreender como essas desigualdades são reproduzidas simbolicamente pelas instituições sociais, entre elas a escola. Currículos que silenciam determinadas produções intelectuais e tradições filosóficas funcionam como dispositivos de violência simbólica, moldando expectativas, trajetórias e percepções de pertencimento dos sujeitos ao campo do saber. Nesse sentido, a crítica feminista ao cânone revela-se fundamental para tensionar tais mecanismos e ampliar as possibilidades formativas no espaço escolar.

As epistemologias feministas contemporâneas também contribuem para problematizar a ideia de universalidade abstrata que marcou grande parte da tradição filosófica ocidental. Ao evidenciarem que todo conhecimento é produzido a partir de

REFilo
REVISTA DIGITAL DE ENSINO DE FILOSOFIA
ISSN: 2448-0657
periodicos.ufsm.br/refilo
Universidade Federal de Santa Maria/UFSM
Santa Maria, RS, Brasil

contextos históricos e sociais específicos, essas abordagens reforçam a importância da pluralidade epistemológica e do reconhecimento das diferentes experiências e perspectivas que constituem a produção do saber filosófico.

No campo educacional, essa perspectiva permite compreender que o ensino de Filosofia não se restringe à transmissão de conteúdos consolidados, mas envolve disputas simbólicas relacionadas à legitimidade dos sujeitos que produzem conhecimento e aos modos pelos quais determinadas vozes são historicamente valorizadas ou silenciadas. Essa disputa também se manifesta nos materiais didáticos de Filosofia. Pereira (2020), ao analisar a ausência de pensadoras nos livros didáticos destinados ao Ensino Médio, evidencia como a seleção dos conteúdos pode contribuir para a manutenção de um cânone filosófico predominantemente masculino.

No âmbito do Ensino Médio, Gomes (2020) propõe abordar as relações de gênero nas aulas de Filosofia, articulando questões dos espaços público e privado. Essa perspectiva reforça a importância de incorporar as experiências e os problemas sociais relacionados às desigualdades de gênero à reflexão filosófica escolar, ampliando as possibilidades de diálogo crítico e de participação dos(as) estudantes.

Nesse sentido, a ampliação dos referenciais filosóficos trabalhados em sala de aula contribui para diversificar as perspectivas apresentadas aos estudantes, possibilitando o reconhecimento de diferentes tradições intelectuais e culturais e favorecendo práticas pedagógicas mais inclusivas.

Do ponto de vista pedagógico, essas contribuições sustentam a necessidade de práticas educativas que revisem criticamente os repertórios filosóficos tradicionais e promovam a inclusão de múltiplas vozes (ASPIS; GALLO, 2009). As experiências analisadas neste artigo dialogam com esse horizonte teórico ao buscar romper com a naturalização do cânone masculino e estimular, nos(as) estudantes, reflexões sobre desigualdades históricas, produção social do conhecimento e direitos culturais. Trata-se de compreender a Filosofia não como patrimônio exclusivo de determinados

REFilo
REVISTA DIGITAL DE ENSINO DE FILOSOFIA
ISSN: 2448-0657
periodicos.ufsm.br/refilo
Universidade Federal de Santa Maria/UFSM
Santa Maria, RS, Brasil

grupos, mas como campo plural e historicamente situado, capaz de contribuir para a formação cidadã e para o desenvolvimento humano.

Assim, a incorporação das filósofas ao ensino de Filosofia não se configura apenas como estratégia didática pontual, mas como exigência epistemológica, política e formativa no contexto educacional contemporâneo. Ao ampliar os sujeitos historicamente reconhecidos como produtores legítimos de conhecimento, a educação filosófica contribui para o tensionamento crítico das hierarquias simbólicas que estruturaram o cânone tradicional, favorecendo a construção de práticas pedagógicas mais plurais, democráticas e socialmente comprometidas. Nesse sentido, a revisão crítica do currículo filosófico revela-se fundamental para o fortalecimento da cidadania, para a ampliação do reconhecimento social e para a consolidação de uma formação orientada pela equidade, pela justiça social e pela democratização do saber.

5. Metodologia

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza aplicada e com delineamento de pesquisa-intervenção pedagógica, desenvolvida em uma escola pública de ensino médio na qual o autor leciona a disciplina de Filosofia. As atividades foram realizadas durante o período letivo regular, em aulas da própria disciplina e em articulação com os conteúdos curriculares previstos, preservando-se a identidade da instituição e dos(as) estudantes participantes.

Em 2024, durante o terceiro período letivo, a intervenção envolveu estudantes do 2º ano do Ensino Médio, distribuídos em quatro turmas, totalizando aproximadamente 160 participantes. A proposta integrou o planejamento anual da disciplina de Filosofia, sendo posteriormente detalhada no plano de aula correspondente ao período de sua realização. A sequência didática desenvolveu-se ao longo de aproximadamente oito semanas, com duas aulas semanais, totalizando 16 aulas.

REFilo
REVISTA DIGITAL DE ENSINO DE FILOSOFIA
ISSN: 2448-0657
periodicos.ufsm.br/refilo
Universidade Federal de Santa Maria/UFSM
Santa Maria, RS, Brasil

A iniciativa surgiu de questionamentos apresentados por algumas estudantes em sala de aula acerca da presença das mulheres na história da Filosofia. A partir de discussões inicialmente relacionadas ao feminismo, o debate foi ampliado para questões políticas, éticas e epistemológicas, permitindo problematizar a participação das mulheres na produção do conhecimento filosófico e os mecanismos históricos de sua invisibilização.

Entre as atividades desenvolvidas, foram organizados seminários com oito grupos por turma, em equipes de cinco ou seis estudantes, responsáveis por pesquisar e apresentar a trajetória e as contribuições de duas filósofas. A seleção das filósofas considerou a relevância histórica de suas contribuições, sua relação com o pensamento feminista e a possibilidade de discutir questões étnico-raciais no campo filosófico. Algumas filósofas já eram abordadas no livro didático de Filosofia e Sociologia utilizado pela escola, enquanto outras foram incorporadas a partir de pesquisas realizadas para ampliar o repertório apresentado aos estudantes.

A proposta de intervenção consistiu na implementação de uma sequência didática voltada à problematização da presença das mulheres na História da Filosofia e à discussão de temas relacionados a gênero, cidadania e produção do conhecimento. Para tanto, foram utilizadas metodologias ativas de aprendizagem, tais como aprendizagem baseada em projetos, situações-problema, sala de aula invertida, seminários temáticos, rodas de conversa e atividades expressivas de caráter artístico-cultural.

O percurso didático desenvolveu-se em quatro momentos principais: (i) aula expositiva dialogada, com utilização de recursos audiovisuais, destinada à introdução da temática e ao levantamento das percepções iniciais dos(as) estudantes acerca da presença feminina na Filosofia; (ii) organização dos grupos de trabalho e realização de rodas de conversa sobre questões relacionadas a gênero, identidade, patriarcado, feminismo e participação das mulheres em diferentes esferas sociais; (iii) realização de seminários temáticos sobre filósofas selecionadas, a partir de roteiro orientador

REFilo
REVISTA DIGITAL DE ENSINO DE FILOSOFIA
ISSN: 2448-0657
periodicos.ufsm.br/refilo
Universidade Federal de Santa Maria/UFSM
Santa Maria, RS, Brasil

envolvendo dados biográficos, conceitos centrais e contribuições teóricas; e (iv) desenvolvimento de produções criativas — como paródias, poemas, dramatizações e esquetes — voltadas à reelaboração crítica dos conteúdos discutidos e à expressão coletiva das aprendizagens construídas ao longo das atividades.

Como materiais empíricos, foram considerados os registros das discussões em sala de aula, as produções desenvolvidas pelos grupos, as observações do professor-pesquisador e os relatos orais apresentados pelos(as) discentes durante as atividades. Os dados foram examinados por meio de análise temática, buscando identificar transformações nas percepções relativas à participação das mulheres na Filosofia, bem como indícios de ampliação da consciência crítica acerca das desigualdades de gênero e dos processos de formação cidadã.

No desenvolvimento da pesquisa, observaram-se os princípios éticos da investigação em educação, assegurando o anonimato dos(as) participantes e a utilização dos dados exclusivamente para fins acadêmicos. Reconhece-se, contudo, que os resultados se circunscrevem ao contexto específico investigado, não possuindo pretensão de generalização estatística, mas de oferecer subsídios analíticos para reflexões sobre práticas pedagógicas voltadas à equidade, à democratização do conhecimento e ao fortalecimento da cidadania no espaço escolar.

6. Experiência pedagógica e implicações para o ensino de filosofia

A implementação da sequência didática descrita na metodologia permitiu observar, no contexto escolar investigado, como a problematização do cânone filosófico e a valorização das mulheres filósofas podem produzir deslocamentos significativos nas percepções dos(as) alunos(as) acerca da produção do conhecimento filosófico e do próprio ensino de Filosofia. Os registros das discussões, das rodas de conversa e das produções criativas indicaram que, no início das atividades, predominavam percepções que associavam a Filosofia quase exclusivamente à produção intelectual masculina, bem como a ideia de que a

REFilo
REVISTA DIGITAL DE ENSINO DE FILOSOFIA
ISSN: 2448-0657
periodicos.ufsm.br/refilo
Universidade Federal de Santa Maria/UFSM
Santa Maria, RS, Brasil

ausência feminina decorreria de uma suposta inexistência de contribuição histórica das mulheres para o pensamento filosófico.

Ao longo do desenvolvimento das atividades, especialmente após os seminários temáticos e as discussões coletivas, observou-se uma ampliação do repertório conceitual dos(as) participantes da pesquisa e o surgimento de questionamentos críticos acerca dos processos históricos que limitaram o acesso das mulheres aos espaços de formação intelectual. As produções artísticas e textuais desenvolvidas pelos grupos evidenciaram a incorporação de categorias como desigualdade de gênero, invisibilização histórica e direitos, bem como a associação entre conhecimento, cidadania e justiça social.

O uso de metodologias ativas favoreceu a participação coletiva, a expressão de experiências pessoais e a articulação entre os conteúdos filosóficos e questões sociais contemporâneas, como mercado de trabalho, representatividade política e discriminação de gênero. As produções criativas apresentadas ao final da sequência didática evidenciaram a compreensão dos temas trabalhados e a capacidade dos(as) estudantes de reelaborar criticamente as discussões sobre gênero, cidadania e justiça social, articulando os conteúdos filosóficos às questões abordadas durante as atividades.

Durante as atividades desenvolvidas, observou-se ainda que muitas(os) estudantes passaram a estabelecer relações entre os conteúdos filosóficos discutidos em sala e situações concretas vivenciadas em seus contextos sociais e familiares. Questões relacionadas à divisão sexual do trabalho, à desigualdade de oportunidades e à representação das mulheres em espaços de poder foram frequentemente mencionadas nas rodas de conversa e nas produções elaboradas pelos grupos. Esse movimento evidenciou a potencialidade do ensino de Filosofia para promover processos de reflexão crítica conectados às experiências cotidianas das(os) discentes.

A incorporação das filósofas ao currículo mostrou-se particularmente potente para a construção de processos de identificação e pertencimento, sobretudo entre as

REFilo
REVISTA DIGITAL DE ENSINO DE FILOSOFIA
ISSN: 2448-0657
periodicos.ufsm.br/refilo
Universidade Federal de Santa Maria/UFSM
Santa Maria, RS, Brasil

alunas, que passaram a se reconhecer como possíveis produtoras de conhecimento filosófico. Esse movimento dialoga com os aportes teóricos discutidos anteriormente, indicando que a revisão crítica do cânone pode atuar como estratégia pedagógica de enfrentamento das desigualdades simbólicas e de fortalecimento da formação cidadã no ambiente escolar.

Do ponto de vista do desenvolvimento social, ainda que circunscrita a um contexto específico, a experiência analisada sugere que práticas educativas orientadas pela equidade e pela pluralização dos repertórios teóricos e culturais podem contribuir para a construção de ambientes escolares mais democráticos, sensíveis à diversidade e comprometidos com a promoção de direitos. A escola, nesse sentido, configura-se como território privilegiado de intervenção formativa, no qual se disputam sentidos sobre conhecimento, reconhecimento social e participação cidadã.

A discussão dessas problemáticas no espaço escolar exige refletir sobre como as questões de gênero e representatividade podem ser abordadas no ensino de Filosofia, considerando a necessidade de ressignificar as práticas pedagógicas e ampliar o reconhecimento das mulheres na produção do conhecimento filosófico. Lembrando que, segundo afirma a professora Lídia Maria:

> O ponto de partida de uma posição política pedagógica em favor de um projeto democrático de acesso ao saber, com todos os riscos que ele implica, visa apresentar alternativas didáticas que possam viabilizá-lo no âmbito da Filosofia. Pretende-se conceber mediações que possam tornar acessível aos estudantes uma disciplina reconhecidamente difícil. (RODRIGO, 2014, p. 3).

A experiência pedagógica relatada neste artigo evidencia a importância de desenvolver estratégias didáticas que problematizem a representação feminina na História da Filosofia e ampliem o reconhecimento das mulheres como sujeitos legítimos da produção filosófica. Nesse sentido, a inclusão de filósofas no currículo e a discussão de suas contribuições constituem caminhos para fortalecer a representatividade e a participação dos(as) estudantes no universo do conhecimento filosófico.

REFilo
REVISTA DIGITAL DE ENSINO DE FILOSOFIA
ISSN: 2448-0657
periodicos.ufsm.br/refilo
Universidade Federal de Santa Maria/UFSM
Santa Maria, RS, Brasil

Reconhecem-se, contudo, os limites da investigação, relacionados ao recorte institucional e ao caráter qualitativo da análise, o que impede generalizações amplas. Ainda assim, os resultados oferecem indícios relevantes para o debate interdisciplinar entre Filosofia, educação e cidadania, evidenciando a necessidade de políticas curriculares e formativas que incorporem, de modo sistemático, a discussão sobre a presença das mulheres na História da Filosofia.

7. Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidenciou que a exclusão das mulheres da História da Filosofia não constitui mero esquecimento historiográfico, mas resulta de processos epistemológicos e institucionais que estruturaram o campo filosófico de forma desigual. Esses processos, ao definirem quais vozes seriam reconhecidas como produtoras legítimas de conhecimento, continuam a repercutir nos currículos escolares, nas práticas docentes e nos modos pelos quais os(as) discentes se percebem como sujeitos do pensamento, produzindo implicações diretas para a formação cidadã e para a democratização do conhecimento no campo educacional.

A articulação entre a crítica feminista ao cânone e a experiência pedagógica analisada permitiu demonstrar que a incorporação sistemática das filósofas ao ensino de Filosofia pode produzir deslocamentos significativos nas percepções dos(as) estudantes, ampliando repertórios teóricos, estimulando reflexões sobre desigualdades históricas e fortalecendo processos de identificação e pertencimento no espaço escolar. Esses resultados indicam que a revisão crítica dos conteúdos filosóficos tradicionais constitui não apenas estratégia didática, mas também ação política e epistemológica voltada à promoção da equidade e da justiça social.

Do ponto de vista do escopo interdisciplinar do estudo, a pesquisa contribui para os debates entre Filosofia, educação e cidadania ao evidenciar como práticas pedagógicas situadas podem atuar como instrumentos de enfrentamento de fronteiras epistemológicas e de exclusões simbólicas presentes nos espaços escolares. A escola emerge, assim, como território estratégico de formação humana, no qual se

REFilo
REVISTA DIGITAL DE ENSINO DE FILOSOFIA
ISSN: 2448-0657
periodicos.ufsm.br/refilo
Universidade Federal de Santa Maria/UFSM
Santa Maria, RS, Brasil

disputam sentidos sobre reconhecimento social, participação cidadã e acesso democrático aos bens culturais, sociais e científicos.

Observam-se algumas limitações inerentes ao percurso investigativo adotado, especialmente em razão da especificidade do contexto escolar analisado e da natureza qualitativa da pesquisa. Longe de comprometer a relevância dos resultados, tais aspectos evidenciam o caráter situado da experiência pedagógica desenvolvida e reforçam a importância da ampliação desse debate em diferentes realidades educacionais. Nesse sentido, futuras investigações poderão aprofundar a análise das relações entre gênero, currículo e ensino de Filosofia, explorando distintas configurações institucionais e examinando os impactos de abordagens pedagógicas inclusivas sobre os processos de formação crítica, participação cidadã e reconhecimento social, tanto no espaço escolar quanto na sociedade em geral.

Por fim, reafirma-se que enfrentar a invisibilidade histórica das mulheres na Filosofia implica repensar não apenas os conteúdos ensinados, mas também as formas de ensinar e os sujeitos historicamente reconhecidos como produtores legítimos de conhecimento. Ao reconhecer as mulheres como artífices do pensamento filosófico, abre-se caminho para práticas educativas comprometidas com a pluralidade epistemológica, a equidade e a construção de sociedades mais democráticas. Nesse horizonte, o ensino de Filosofia pode constituir-se como espaço de valorização da diversidade intelectual, de ampliação do pensamento crítico e de fortalecimento de práticas educativas comprometidas com os direitos humanos e com a democratização do saber.

Referências

ANPOF – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA. **Coluna ANPOF: especial ANPOF 8M – 30 anos de desigualdade de gênero na filosofia acadêmica brasileira. 2024**. Disponível em: https://anpof.org.br/comunicacoes/coluna-anpof/especial-anpof-8m-30-anos-de-desigualdade-de-genero-na-filosofia-academica-brasileira. Acesso em: 7 jul. 2024.

ISSN: 2448-0657
periodicos.ufsm.br/refilo
Universidade Federal de Santa Maria/UFSM
Santa Maria, RS, Brasil

ARAÚJO, Carolina. **Mulheres na pós-graduação em Filosofia no Brasil – 2015**. São Paulo: ANPOF, 2016. Disponível em: http://anpof.org/portal/images/Documentos/ARAUJOCarolina_Artigo_2016.pdf. Acesso em: 7 jul. 2024.

ARAÚJO, Carolina de Melo Bomfim. **A primavera de 2016**. Ideação, Feira de Santana, v. 1, n. 42, p. 126–140, jul./dez. 2020. DOI: https://doi.org/10.13102/ideac.v1i42.5488. Disponível em: https://periodicos.uefs.br/index.php/revistaideacao/article/view/5488. Acesso em: 4 nov. 2026.

ASPIS, Renata Lopes; GALLO, Sílvio. **Ensinar filosofia: um livro para professores**. São Paulo: Atta Mídia e Educação, 2009.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. v. 1.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GOMES, Isabel Cristina Soares Tebaldi. Filosofia no Ensino Médio: pensando o gênero no espaço público e privado. **Problemata**: Revista Internacional de Filosofia, v. 11, n. 3, p. 126–138, 2020. DOI: https://doi.org/10.7443/problemata.v11i3.53758.

PEREIRA, Taís Silva. As marcas da opressão: a ausência das pensadoras nos livros de Filosofia à luz do pensamento de Iris Marion Young. **Ideação**, Feira de Santana, v. 1, n. 42, p. 465–480, jul./dez. 2020. Disponível em: https://periodicos.uefs.br/index.php/revistaideacao/article/view/5068/4702. Acesso em: 4 nov. 2026. DOI: https://doi.org/10.13102/ideac.v1i42.5068.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

REFilo
REVISTA DIGITAL DE ENSINO DE FILOSOFIA

ISSN: 2448-0657
periodicos.ufsm.br/refilo
Universidade Federal de Santa Maria/UFSM
Santa Maria, RS, Brasil

RODRIGO, Lídia Maria. **Filosofia em sala de aula**: teoria e prática para o ensino médio. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2014.

RODRIGUES, Débora de Quadros. Olympe de Gouges: culpada! O crime? Querer igualdade, liberdade, fraternidade. In: PACHECO, Juliana (org.). **Filósofas: a presença das mulheres na filosofia.** Porto Alegre: Editora Fi, 2016. p. 125-138.

SIMPLÍCIO, Cláudio César Alves. **Soberanas – lugar de mulher é onde ela quiser**: o ensino de gênero no ambiente escolar. 2022. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

This work is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0).